

*JOÃO CASTRO Nº11, 12B*

**Público**

# INDÍCE

---

1

<b>Prazo de garantia de equipamentos em risco de “encolher” para um ano .....</b>	<b>3</b>
<i>Outras limitações.....</i>	<i>4</i>
<b>FC Porto diz que pagou dívida de 784 mil euros ao Estoril antes do jogo .....</b>	<b>6</b>
<b>Nevões, tornados e até chuva com congelação. Cenário deve manter-se nos próximos dias ....</b>	<b>8</b>
<i>IMPA mostra imagens de “chuva com congelação”.....</i>	<i>9</i>
<i>Madeira fala em milhões de prejuízos .....</i>	<i>10</i>
<b>EUA confirmam que meio-irmão de Kim Jong Un foi morto com o agente VX .....</b>	<b>11</b>
<b>Patentes europeias atribuídas a Portugal aumentaram 15,3% em 2017.....</b>	<b>13</b>
<i>Três instituições de ciência no top .....</i>	<i>14</i>
<b>Metalurgia ainda sem “sinais de alarme” dos clientes nos EUA .....</b>	<b>16</b>
<b>Benfica espiava processos que visavam o clube e os rivais .....</b>	<b>18</b>
<i>Prendas.....</i>	<i>19</i>
<i>Meio ano a investigar .....</i>	<i>19</i>
<b>“A China tem um plano para retaliar no que doa mais politicamente” .....</b>	<b>21</b>
<i>Donald Trump diz que “as guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar”. Tem razão em alguma destas ideias? .....</i>	<i>21</i>
<i>De que forma?.....</i>	<i>22</i>
<i>Qual deve ser a posição da Europa? .....</i>	<i>22</i>
<i>A China é um líder credível da globalização? .....</i>	<i>22</i>
<i>Porque é que a Europa ou os EUA não fazem o mesmo?.....</i>	<i>22</i>
<b>Ameaças de contra-ataque fazem temer escalada de guerra comercial .....</b>	<b>23</b>

## Prazo de garantia de equipamentos em risco de “encolher” para um ano

Consumidores portugueses entre os mais prejudicados com proposta comunitária de harmonização das garantias de computadores ou electrodomésticos.

Os consumidores portugueses beneficiam actualmente de uma garantia de dois anos na compra de um computador, de um electrodoméstico, ou de muitos outros bens móveis. Mas este e outros direitos estão em risco de serem reduzidos significativamente, na sequência de uma

proposta da Comissão Europeia, já aprovada no Parlamento Europeu.

Reparações por defeito de fabrico dos equipamentos podem diminuir. dro daniel rocha

A iniciativa, que pretende harmonizar normas a nível comunitário, representa um retrocesso para os consumidores de alguns países, especialmente para os portugueses e os franceses, e uma conquista para os de outros países, actualmente com menor protecção. Se



forem aprovadas pelo Conselho da União Europeia, que é o passo que falta, as alterações aplicam-se à venda de bens pela Internet, que foram a justificação para a revisão da directiva em vigor, mas também a todas as outras formas de comércio de bens.

Conselho da UE ainda pode recusar a proposta ou introduzir alterações, mas esse é um cenário pouco provável. Ainda assim, a associação de defesa dos consumidores Deco pede ao Governo português que “assuma uma posição de força”, de forma a salvaguardar o que está na legislação nacional. A Organização Europeia do Consumidor (BEUC), a que a Deco pertence, tem procurado travar a nova directiva, de harmonização mínima, mas com excepções de harmonização máxima nos domínios mais relevantes, o que significa a obrigatoriedade de Portugal as acolher, em detrimento das que, actualmente, protegem mais os consumidores nacionais.

Em declarações ao PÚBLICO, Rosário Tereso, jurista da Deco, classifica, como “muito negativas” as várias alterações propostas. Explica que, em teoria, o prazo da garantia mantém-se em dois anos, mas na prática significa a sua redução para um. Isto porque, actualmente, “os defeitos que se manifestem no prazo de dois anos a contar da entrega dos bens presumem-se já existentes nessa data, a menos que tal defeito seja incompatível com a natureza da coisa ou defeito”. Na prática, e durante o período de garantia, o ónus da prova quanto ao momento em que surgiu o defeito é do vendedor e não do comprador.

Com o que está na proposta há uma inversão do ónus da prova no segundo ano. Isto é, no primeiro ano, o consumidor não precisa de fazer prova de que o defeito do equipamento já existia antes da compra, mas no segundo ano já o tem de fazer. A título de exemplo, a compra de um computador tem actualmente dois anos de garantia. Em caso de avaria, o cliente acciona a garantia e não tem de fazer prova de nada. Se a avaria foi provocada por queda do aparelho terá de ser o vendedor a provar isso mesmo, o que não é fácil no caso de não existirem sinais visíveis disso mesmo.

No contexto da alteração proposta, o cliente continua a não precisar de fazer prova de que o defeito é do equipamento no primeiro ano, mas terá de o fazer se a avaria ocorrer no segundo ano. E como se prova que a avaria de um computador que deixou de funcionar 15 meses após a sua compra se deve a defeito do equipamento? Provavelmente só com recurso a uma peritagem, o que terá custos que podem não compensar para consumidor. Ou pode ser impossível estabelecer uma relação entre a avaria e eventuais defeitos do bem.

### **Outras limitações**

Ainda em relação ao prazo de garantia, a fixação de dois anos para todo o tipo de bens é considerado uma alteração negativa, atendendo à realidade do mercado. “Este período deveria acompanhar a maior durabilidade de muitos produtos e não frustrar as legítimas expectativas dos consumidores”, sustenta a jurista da Deco. Neste domínio, Portugal pode ser apanhado “descalço”, já que o documento prevê que os países que têm um prazo superior poderão mantê-lo. Não é o caso de Portugal, que tem consagrado apenas dois anos de protecção.

Igualmente “muito negativa” é a alteração das opções do consumidor em caso de defeito dos bens. Rosário Tereso lembra que, em caso de defeito, o consumidor pode escolher livremente a solução que reponha a conformidade do bem, que pode ser a reparação, a redução de preço ou sua devolução. No que está proposto, “estabelece-se uma hierarquia de soluções que veda, pelo menos num primeiro momento, a possibilidade de o consumidor acordar uma redução do preço, ou a devolução do produto defeituoso, com a respectiva restituição do valor pago”, explica.

Outra alteração negativa prende-se com o facto de os consumidores deixarem de poder pedir a reparação ou substituição directamente ao produtor. O que está previsto não contempla essa possibilidade, passando a reclamação a ser feita apenas junto do vendedor.

No final da aprovação das alterações no Parlamento Europeu, Monique Goyens, directora-geral do BEUC, considerou que a votação do Parlamento Europeu "não é apenas uma oportunidade perdida, é extremamente decepcionante".

## FC Porto diz que pagou dívida de 784 mil euros ao Estoril antes do jogo

Revelação foi feita pelo director de comunicação do clube, que rejeita porém as denúncias de corrupção vindas a público horas antes.

O director de comunicação do FC Porto, Francisco J. Marques, admitiu nesta quinta-feira à noite que o clube que representa fez um pagamento de 784 mil euros ao Estoril horas antes de as duas equipas se defrontarem

a contar para a I Liga. O mesmo responsável revelou, durante o programa Universo Porto, do Porto Canal, que aquele montante foi transferido dos cofres do FC Porto para o clube "canarinho" a título de pagamento de dívidas respeitantes a transferências de jogadores.



Durante o mesmo programa, transmitido pelo canal pertencente aos "dragões", o mesmo responsável refutou uma vez mais as denúncias de alegada corrupção que vieram a público nesta quinta-feira, feitas anonimamente, esclarecendo que não houve transferências de dinheiro após a partida, jogada a 21 de Fevereiro. Nesse dia, a equipa comandada por Sérgio Conceição disputou a segunda parte de um encontro a contar para a I Liga que tinha sido suspenso devido a alegados problemas de estabilidade e de segurança numa das bancadas do estádio do Estoril. O FC Porto ganhou a partida, por 1-3.

"Em 14 de Fevereiro, o FC Porto realizou uma transferência de 784 mil euros. Porquê? Tivemos liquidez da venda de bilhetes do jogo com o Liverpool e pagámos valores que tínhamos em dívida com o Estoril", explicou Francisco J. Marques, insistindo que não há "absolutamente nada a esconder". "Não foi o único pagamento que o FC Porto fez nesse dia. Outros clubes receberam facturas vencidas que o FC Porto tinha de pagar. Nesse dia houve liquidez", prosseguiu, esclarecendo que no caso do Estoril estavam em causa pagamentos devidos por uma percentagem dos direitos desportivos sobre os jogadores Carlos Eduardo, vendido ao Al-Hilal, e Licá, que foi emprestado.

Na terça-feira, deu entrada na Procuradoria-Geral da República uma denúncia de alegada viciação do resultado do encontro Estoril-FC Porto, e o treinador do FC Porto, Sérgio Conceição, foi o primeiro a reagir. Na conferência de imprensa de lançamento do clássico, o técnico falou em "lixo" e, mais tarde, o clube emitiu um comunicado a repudiar as suspeitas.

Em causa está a segunda parte do jogo com o Estoril, disputado no António Coimbra da Mota 37 dias depois de concluída a primeira parte (o encontro tinha sido interrompido devido a danos numa das bancadas laterais). O FC Porto entrou a perder por 1-0 e conseguiu virar o resultado, impondo-se por 1-3, com o treinador do Estoril, Ivo Vieira, a dirigir duras críticas aos seus jogadores no final.

Sérgio Conceição lamenta as suspeições e reduz o tema a "poeira". "Nem é poeira. É lixo, é ácido. É tirar mérito e qualidade à prestação dos jogadores. Tenho muita pena!", reagiu nesta quinta-feira, durante a conferência de imprensa de antevisão embate com o Sporting, no Estádio do Dragão. "Somos fortes e ganhamos dentro do campo", redarguiu, optando por discutir apenas futebol: "As outras questões ficam mais difíceis para mim".

Posteriormente, o FC Porto emitiu um comunicado oficial em que "nega e repudia" as notícias, posição que garante estar em condições de suportar documentalmente. "É, por isso, totalmente falso que a segunda parte do nosso jogo contra o Estoril tenha sido objecto de qualquer negócio", assinala.

"O FC Porto solidariza-se com a tomada de posição do Estoril, que também já repudiou esta trama noticiosa, que pretendeu atingir o bom nome dos dirigentes de ambos os clubes e, acima de tudo, desestabilizar os jogadores de ambas as equipas, que têm pela frente desafios importantes para os seus objectivos", acrescenta o emblema "azul e branco".

Também o Estoril redigiu um comunicado a demarcar-se de toda a polémica.

"Na sequência das notícias vindas a público associando o nome da Estoril Praia – Futebol, SAD, a alegadas práticas ilícitas, e atenta à exposição mediática entretanto dada ao tema, entendemos ser necessário contrariar a nossa política habitual de não comentar peças jornalísticas de forma a reiterar publicamente a nossa total confiança no profissionalismo e integridade de todos os colaboradores que integram a estrutura do futebol profissional do Estoril Praia", refere a SAD estorilista, que deixa em aberto a possibilidade de agir juridicamente.

"Considerando a ausência de fundamentos, detalhe ou rigor das peças jornalísticas referidas, e, em alguns casos, o seu teor difamatório, iremos analisar as medidas legalmente ao nosso dispor para impedir todos os actos que possam pôr em causa o bom nome da instituição Estoril Praia".

## **Nevões, tornados e até chuva com congelação. Cenário deve manter-se nos próximos dias**

Chuva forte e trovoadas intensificam-se a partir desta quarta-feira.

Governo já avisou que não existirão "pagamentos rápidos".

A chuva forte vai manter-se em Portugal continental e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, sendo esperado um agravamento do estado do tempo, com o

aumento da agitação marítima, a partir de quarta-feira, informou o Instituto Português do Mar e da Atmosfera nesta terça-feira. Também o vento irá "aumentar de intensidade", esperando-se que atinja rajadas até 90 quilómetros/hora e, nas terras altas, até 110 quilómetros/hora, em especial durante a próxima sexta-feira. A chuva "por vezes forte e persistente", poderá ainda ser "acompanhada de trovada, em especial a partir do dia 9".

Nos últimos dias, as condições meteorológicas têm provocado um frequente registo de tornados e nevões e até fenómenos raros, como a ocorrência de "chuva com congelação", provocando vários prejuízos. No entanto, o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, avisou que "não é possível ter pagamentos rápidos" aos agricultores do Algarve que ficaram com explorações agrícolas afectadas pelo mau tempo por o período de candidaturas aos apoios ser "longo".

O governante disse que "só depois de avaliadas, é que as candidaturas são pagas" e apontou que "não é possível ter pagamentos rápidos e períodos de candidatura longos". Como em causa estão "prejuízos de grande dimensão", o responsável estimou um prazo de "três ou quatro semanas para candidaturas", depois de feitos os levantamentos dos prejuízos. Segue-se, depois, a publicação da portaria que vai enquadrar tais apoios, para que não exista violação das regras comunitárias. "Se não desenharmos a área afectada, podemos ser obrigados a devolver o dinheiro", justificou.



Na segunda-feira, o secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira, tinha contado 15 produções agrícolas destruídas pelo vento extremo que atingiu no domingo o Algarve. Durante uma visita à zona afectada em Olhão, Luís Medeiros Vieira adiantou que as explorações afectadas terão acesso a apoios para reposição do potencial produtivo, que o Governo "já disponibilizou quando ocorreram também os incêndios" do Verão passado. "É uma medida que está no programa de desenvolvimento rural 2020 e que permite apoiar os agricultores que tiveram problemas, nomeadamente com danificação de culturas plurianuais, como destruição de equipamentos e instalações, e os apoios são direccionados a fundo perdido para esses produtores", precisou.

Nos prejuízos até 5000 euros, haverá um fundo perdido que os cobrirá na totalidade. Já entre 5000 e 50 mil euros, a cobertura é de 85% e desce para 50% nos danos entre 50 mil e 800 mil euros.

Apesar das ocorrências registadas na última semana, de acordo com o IPMA, não é possível falar-se de um aumento de tornados. Em declarações à Lusa, o meteorologista Paulo Pinto disse que, apesar de no espaço de uma semana se terem registado cinco tornados em Portugal, ainda não há nenhum estudo oficial que permita concluir um aumento deste tipo de ocorrências.

Conta o meteorologista que só desde a passada quarta-feira até esta terça-feira se registaram cinco tornados, três deles sobre a terra (em Faro e Viana do Castelo) e dois sobre o mar (ao largo de Espinho e de Viana do Castelo).

O meteorologista explica que é normal "que tenhamos mais tornados acima da média em alguns anos e noutros anos um número de tornados abaixo da média". "Esta semana houve muitos tornados, mas agora podemos estar dois anos sem ter nenhum". Não obstante, "não está descartado que possa ocorrer novamente", explicou.

### **IMPA mostra imagens de “chuva com congelação”**

Para além dos tornados e nevões, o IPMA noticiou nesta terça-feira que há uma semana, a 27 de Fevereiro, o continente foi afectado por um fenómeno pouco frequente em território nacional: a ocorrência de chuva com congelação. Explica o instituto que tal consiste na congelação de precipitação sobre estruturas que se encontram a temperaturas negativas, como telhados ou árvores.

"Esta situação ocorre quando num local existe junto à superfície uma massa de ar frio (e com temperaturas abaixo de 0°C) e sobre esse local se aproxima uma superfície frontal quente que origina precipitação, e que apresenta temperaturas mais elevadas (e acima de 0 °C) em níveis superiores", lê-se no comunicado.

Na segunda-feira, a forte queda de neve em Montalegre obrigou ao segundo encerramento das escolas da região no espaço de uma semana. Os 700 alunos afectados regressaram às aulas na manhã desta terça-feira, informou a Protecção Civil.

### **Madeira fala em milhões de prejuízos**

O Governo da Madeira estima que os prejuízos na agricultura decorrentes do temporal que afectou a região na última semana sejam de 1,5 milhões de euros e anunciou apoios até 80% a fundo perdido.

O mau tempo que afectou a região entre 25 de Fevereiro e 5 de Março provocou danos na agricultura, sobretudo nas culturas da cana de açúcar e na da banana, na costa sul entre Santa Cruz e a Calheta, informou o Governo Regional da Madeira nesta terça-feira.

O arquipélago registou também prejuízos, ainda não totalmente apurados, em portos, marinas, protecções costeiras e infra-estruturas desportivas.

## EUA confirmam que meio-irmão de Kim Jong Un foi morto com o agente VX

Investigação norte-americana confirma o veneno usado. Kim Jong-nam estava com 12 comprimidos de atropina na sua mochila quando foi atacado, mas morreu minutos depois.

Os EUA determinaram que o meio-irmão do dirigente norte-coreano Kim Jong Un foi assassinado pelo regime com o agente VX, uma substância neurotóxica, indicou na terça-feira a porta-voz do Departamento de Estado, em comunicado. Esta conclusão desencadeou a



aplicação pelos EUA de novas sanções económicas contra a Coreia do Norte, quando a Coreia do Sul indicou que os dirigentes de Pyongyang estavam dispostos a discutir a desnuclearização com os norte-americanos.

O meio-irmão do líder da Coreia do Norte Kim Jong-un carregava um medicamento que poderia ser utilizado como antídoto ao VX, o agente neurotóxico com o qual foi assassinado na Malásia, afirmou uma especialista durante o julgamento das duas mulheres acusadas pelo crime.

Kim Jong-nam estava com 12 comprimidos de atropina na sua mochila quando foi atacado, no dia 13 de Fevereiro de 2017, no aeroporto internacional de Kuala Lumpur, mas morreu poucos minutos depois da agressão com o VX, uma versão altamente letal do gás sarin e considerada uma arma de destruição em massa.

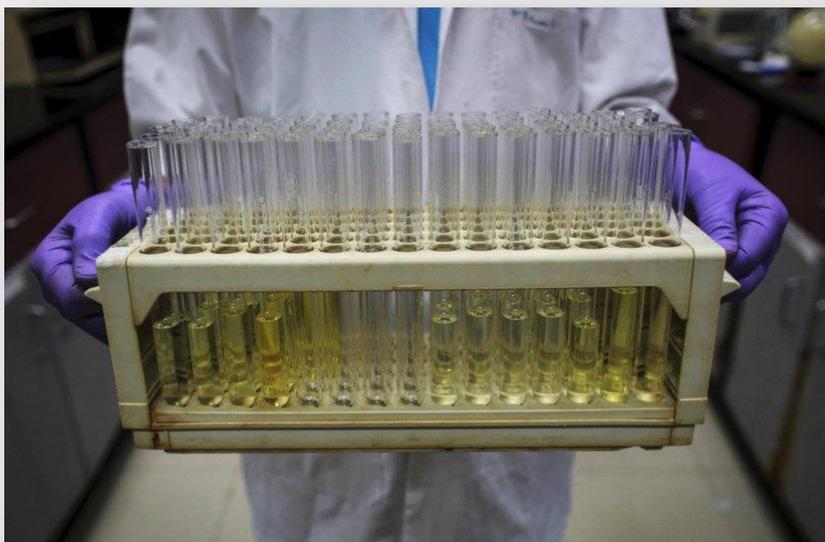
A indonésia Siti Aisyah e a vietnamita Thi Huong foram julgadas pelo assassinato na Alta Corte de Shah Alam, distrito próximo ao aeroporto da capital malaia. As jovens foram detidas pouco depois do crime e declararam-se inocentes no início do julgamento, a 2 de Outubro, alegando

que foram enganadas e que acreditavam estar participar em um programa de televisão de “apanhados”.

## Patentes europeias atribuídas a Portugal aumentaram 15,3% em 2017

Houve 149 pedidos portugueses de patentes ao Instituto Europeu de Patentes e 68 patentes foram concedidas. No top cinco das entidades portuguesas que se candidataram estão três laboratórios de investigação e instituições académicas.

Em 2017, houve uma subida nas patentes atribuídas pelo Instituto Europeu de Patentes (IEP) a Portugal: as 59 patentes concedidas em 2016 passaram para 68 em 2017, o que equivale a um aumento de 15,3%, o valor mais alto dos últimos dez anos.



Contudo, os pedidos de patentes desceram

5,7% relativamente a 2016, segundo o Relatório Anual de 2017 do IEP divulgado esta quarta-feira. Mesmo com esta pequena descida, 2017 foi o segundo ano nos últimos dez em que Portugal apresentou mais candidaturas. Se há dois anos houve 158 pedidos (o ano mais alto), no ano passado fizeram-se 149.

O motivo apontado para a diminuição nos pedidos de patentes é a ausência da empresa Novadelta – Comércio e Indústria de Cafés (muito activa no pedido de patentes) na lista das cinco entidades portuguesas que mais candidaturas fizeram ao IEP em 2017.

Antes de o Instituto Europeu de Patentes, com sede em Munique (Alemanha), dar uma patente a um inventor, uma empresa ou a uma instituição académica, tem de fazer uma análise, em que avalia todos os critérios. Quando a patente é atribuída, a entidade proprietária tem o direito exclusivo de a explorar na região onde a pediu.

Ao todo, o IEP recebeu cerca de 166 mil pedidos de patentes europeias em 2017. Houve assim um aumento de 3,9% relativamente a 2016, quando se tinham registado cerca de 159 mil

pedidos. O ano de 2017 foi também aquele em que houve um maior número de patentes desde 2013.

No top cinco de países com mais candidaturas estão os Estados Unidos, com 26% dos pedidos, a Alemanha com 15%, o Japão com 13%, a França com 6% e a China com 5%. O último país teve um aumento 16,6% nos pedidos relativamente ao ano anterior, tendo assim o maior crescimento deste top cinco. Portugal ficou em 35.º lugar com cerca de 0,1% dos pedidos.

No total, a tecnologia médica foi a área com o maior número de pedidos de patentes (cerca de 13 mil). Logo a seguir estão a comunicação digital (cerca de 12 mil) e as tecnologias de computadores (cerca de 11 mil). O maior crescimento no top dez foi da biotecnologia (cerca de 6200) com um aumento de 14,5% nos pedidos face a 2016.

Dentro das empresas, a chinesa Huawei foi a que se candidatou a mais patentes (2398 pedidos), seguida pela alemã Siemens (2220 pedidos) e das sul-coreanas LG e Samsung (ambas com cerca de dois mil). Nas patentes atribuídas a empresas, a LG ficou em primeiro lugar (com 1792 patentes) e a alemã Robert Bosch em segundo (com 1463). Logo a seguir ficaram a Samsung (com 1408) e a Huawei (com 1262).

### **Três instituições de ciência no top**

“O crescimento da procura de patentes europeias confirma a atractividade da Europa enquanto mercado líder na área da tecnologia”, resume num comunicado do IEP o seu presidente Benoît Battistelli, que este ano será substituído pelo português António Campinos. “As empresas europeias também solicitaram mais pedidos de patentes do que nunca – prova da sua capacidade de inovação e da sua confiança nos nossos serviços.”

Em Portugal, o maior número de pedidos de patentes foi na área da medição e da tecnologia médica, ambas com 8% dos 149 pedidos. A última teve mesmo um crescimento de 100% face a 2016. No top quatro das candidaturas estão ainda os sistemas de processamento e a engenharia civil, ambas com 7% dos pedidos portugueses.

No top cinco das entidades portuguesas que se candidataram a patentes estão três laboratórios de investigação e instituições académicas. Em primeiro lugar ficou o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (em Braga), com oito pedidos. O Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (Inesc-Tec), no Porto, fez seis candidaturas e a Universidade do Porto cinco. A empresa de biotecnologia Biosurfit pediu seis patentes e a

empresa Saronikos Trading and Services (com sede na Madeira) cinco. Fora deste top ficou então a Novadelta – Comércio e Indústria de Cafés, a número “um” em 2016.

“Portugal destaca-se da maioria dos países europeus por ter presente, no top cinco, três laboratórios de investigação e instituições académicas”, refere o comunicado.

Se olharmos para as regiões portuguesas, no Minho e Douro Litoral houve mais pedidos (62), o que equivale a cerca de 42% do total, seguida pela Beira Litoral (27) e a Estremadura e Ribatejo (24). A última teve um crescimento de 50% face a 2016. A Área Metropolitana do Porto lidera o ranking das cidades com 25 pedidos (equivale a cerca de 56% do total), a Área Metropolitana de Lisboa ficou em segundo com 21 candidaturas, e Braga em terceiro com 17.

## Metalurgia ainda sem “sinais de alarme” dos clientes nos EUA

Associação portuguesa da indústria metalúrgica acompanha com atenção, mas sem alarme, a intenção da Casa Branca de aumentar as taxas sobre as importações do metal e do aço.

A economia real trabalha num tempo muito diferente dos soundbites políticos e, por isso, os empresários da área metalúrgica em Portugal, que têm nos Estados Unidos o quinto mercado mais importante do sector, dizem que só começarão a ficar assustados quando “os clientes derem sinal de alarme”.



Não é que não levem a sério as ameaças, nem estejam a fazer orelhas moucas aos anúncios que se vão fazendo, sobretudo nas redes sociais, em particular no Twitter. Mas, explica ao PÚBLICO Rafael Campos Pereira, vice-presidente da Associação dos Industriais Metalúrgicos Metalomecânicos e a Afins de Portugal (AIMMAP), “a verdade é que os anúncios se sucedem, e estão sempre a surgir novas variáveis”. “Apesar de ficarmos preocupados, e percebermos que poderão surgir problemas se se confirmar que haverá uma penalização aduaneira aos produtos manufacturados, só quando os clientes começarem a travar as suas compras é que vamos conseguir perceber o real impacto”, argumenta.

O mercado norte-americano tem uma quota residual das exportações do sector (cerca de 3,3%), mas é um dos que mais cresceu no ano de 2017 (37,3%) e tem sido mesmo uma das principais apostas dos empresários portugueses. No ano passado, as exportações chegaram aos 534 milhões de euros, sobretudo em produto acabado. Os produtos da metalurgia de base (por exemplo, peças fundidas de alta precisão) representaram 82 milhões de euros; as máquinas e equipamentos (como para a indústria agro-alimentar) pesaram 37 milhões de euros, e os produtos metálicos (como estruturas metálicas para energias renováveis — eólica e fotovoltaica) chegaram aos 29 milhões.

"Para já, ainda não temos a notícia confirmada de que haverá aumentos de taxas aduaneiras neste produtos acabados. Por enquanto, o anúncio é apenas para matérias-primas e nós não temos produção siderúrgica relevante", acrescenta Rafael Campos Pereira.

Mas o dirigente associativo consegue antecipar essa evolução da medida como natural, se se mantiverem as intenções da Administração Trump. "Temos de ter consciência de que esta medida, como foi anunciada, vai prejudicar sobretudo os nossos concorrentes norte-americanos. Porque eles terão, inevitavelmente, de importar matéria-prima do exterior e vão ter de pagá-la mais cara. Não há produção nos Estados Unidos em quantidade suficiente para as necessidades. É natural que haja pressão para taxar os produtos acabados, e aí sim, as empresas portuguesas poderão sofrer um impacto", argumenta.

Há, porém, outras medidas que poderão vir a diluir esses efeitos - as tais variantes que são anunciadas no Twitter. A mais recente novidade é a intenção de isentar desses aumentos de taxas alguns países, em contrapartida do cumprimento de algumas condições. O Canadá, por exemplo, não seria penalizado nas taxas se aceitasse rever o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na designação inglesa). E o México também não, se conseguisse impedir o acesso aos Estados Unidos de alegados traficantes de droga.

"Há muitas variáveis no jogo", limita-se a sublinhar Rafael Campos Pereira, recordando que há muitas empresas portuguesas instaladas nesses países e a exportar para os Estados Unidos. No México, por exemplo, estão instaladas empresas como a Colep, a Simoldes e a Sunviauto.

## Benfica espiava processos que visavam o clube e os rivais

Informações seriam recolhidas através de três funcionários judiciais, um dos quais foi detido esta terça-feira, a par de Paulo Gonçalves, o braço direito do presidente do clube da Luz, Luís Filipe Vieira.

O assessor jurídico do Benfica, Paulo Gonçalves, fazia questão de estar a par de todos

os processos que envolviam o clube da Luz, mesmos quando as águias surgiam como queixosas. Mas não só. Os casos que envolviam FC Porto e Sporting também eram monitorizados de perto.

As informações seriam recolhidas através de três funcionários judiciais, um dos quais foi detido ontem, a par do braço direito do presidente do clube da Luz, Paulo Gonçalves. Os dois vão ser presentes esta quarta-feira à tarde a um juiz de instrução de Lisboa, que lhes aplicará as respectivas medidas de coacção.

Ontem foram ainda constituídos arguidos os outros dois funcionários e um agente desportivo que serviria de intermediário entre os primeiros e o assessor do Benfica, levando informação e documentos para Lisboa e de lá trazendo convites e outras prendas.

A parte mais sensível dos dados terá sido transmitida por dois oficiais de justiça, um dos quais detido, que estão em comissão de serviço no Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) e que fazem parte de uma equipa que presta apoio informático aos tribunais da comarca de Braga e através dos quais a cúpula do Benfica terá conseguido saber a tramitação detalhada de múltiplos inquéritos, alguns em segredo de Justiça.

Através do Citius, estes funcionários — que possuem a qualidade de administradores de sistema — conseguiam aceder de forma remota a todos os registos electrónicos que mostram os passos seguidos em cada processo: quando o caso ia ao juiz de instrução para validar escutas telefónicas, ou quando era realizado no sistema um mandado de busca ou um mandado de detenção. Nem todas as peças processuais estavam disponíveis no sistema, mas na aplicação havia sempre um rasto dos passos que estavam a ser dados pela investigação. E, por vezes, tinham mesmo acesso a documentos dos processos, quando os mesmos eram assinados electronicamente pelos respectivos magistrados.



Porém, fonte do IGFEJ garante que não faz parte dos privilégios dos peritos informáticos do instituto acederem aos registos de tramitação dos processos. Supostamente só o farão mediante um pedido formal, escrito. Uma coisa é certa, os acessos a cada processo deixam pegada, explica a mesma fonte, garantindo que tal fica registado durante vários anos.

## **Prendas**

Como contrapartida pelas informações, os funcionários receberiam favores ou prendas, como convites para lugares VIP e objectos de merchandising do clube, como camisolas, casacos e fatos de treino do Benfica. Uma das contrapartidas terá sido a promessa de um contrato de trabalho para o sobrinho do funcionário detido que teria um lugar assegurado no museu do Benfica, o que não chegou a concretizar-se fruto desta investigação.

Há cerca de um mês apareceu num blogue uma cópia da informação de serviço de um coordenador da Unidade Nacional de Combate à Corrupção que esteve na origem deste inquérito. Este, aliás, foi um facto que obrigou a Polícia Judiciária a acelerar a investigação, o que acabou por condicionar a operação de ontem que teve a designação de E-Toupeira.

Na informação, datada de 29 de Setembro do ano passado, o coordenador relatava ter recebido um contacto telefónico de um denunciante que recusou identificar-se, relatando um canal privilegiado de responsáveis do Benfica que lhes teria permitido aceder a peças processuais do inquérito dos emails e que os mesmos teriam sido transmitidos a sociedades de advogados que trabalham com o Benfica. O denunciante chegou a dar indicações precisas e descrições pormenorizadas do conteúdo dos documentos, escreveu o investigador. O mesmo polícia citou ainda um artigo da revista Sábado que dava conta de que Paulo Gonçalves tinha fornecido numa reunião com advogados um conjunto de alegadas informações internas do Ministério Público e da Polícia Judiciária sobre o caso dos emails.

Um dos visados neste inquérito, um funcionário judicial que trabalha na instância local criminal de Guimarães, constituído arguido ontem já tinha aparecido nos emails divulgados pelo FC Porto. Foi o caso de uma comunicação electrónica divulgada no ano passado pelo director de comunicação do FC Porto, Francisco J. Marques. O email, datado de 10 Novembro de 2016, tinha sido enviado pelo funcionário judicial para Paulo Gonçalves, a propósito de uma notificação que visava o treinador do Benfica. “Para conhecimento antecipado, dado ser uma data que antecede a viagem à Turquia, remeto-lhe cópia de uma notificação para o Rui Vitória”, escrevia o funcionário, pedindo a Paulo Gonçalves “discrissão”, já que o assunto não era da sua secção. O funcionário aparece citado em pelo menos outros dois emails como um dos beneficiários de um conjunto de convites que Paulo Gonçalves pedia a uma pessoa da estrutura do Benfica. Estes pedidos eram conhecidos do presidente do Benfica, Luís Filipe Vieira, a quem os emails eram remetidos em CC.

## **Meio ano a investigar**

Segundo um comunicado da PJ, a investigação teve início “há quase meio ano” e nela estão em causa “o acesso ilegítimo a informação relativa a processos que correm termos nos tribunais ou

departamentos do Ministério Público, a troco de eventuais contrapartidas ilícitas a funcionários”. A mesma nota esclarece que no processo se investigam seis crimes diferentes: “corrupção activa e passiva, acesso ilegítimo, violação de segredo de justiça, falsidade informática e favorecimento pessoal”.

A operação implicou a realização de quase 30 buscas nas áreas do Porto, Fafe, Guimarães, Santarém e Lisboa, incluindo os Palácios da Justiça de Fafe e de Guimarães, como confirmou ao PÚBLICO o juiz presidente da comarca de Braga.

A Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa adianta noutra nota que no inquérito “indicia-se a prática de acessos por funcionários a diversos inquéritos em segredo de justiça para obtenção de informação sobre diligências em curso, informações que eram depois transmitidas a assessor da administração de uma sociedade anónima desportiva a troco de vantagens”. A investigação está a cargo da 9ª. Secção do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, que conta com a colaboração da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária.

O Benfica reagiu reiterando “a sua total disponibilidade em colaborar com as autoridades no integral apuramento da verdade”. Manifesta ainda a “sua confiança e convicção de que o dr. Paulo Gonçalves terá oportunidade, no âmbito do processo judicial, de provar a legalidade dos seus procedimentos”. com Ana Henriques

## “A China tem um plano para retaliar no que doa mais politicamente”

Ao contrário de Trump, a especialista em geopolítica económica Anja Manuel defende que as guerras comerciais “são más e difíceis de ganhar”, mas assinala que não se deve ser “ingénuo” perante a China.

Anja Manuel trabalhou no Departamento do Estado durante a presidência de George W. Bush e agora é consultora de empresas à procura de conquistar mercados

internacionais, especialmente na Ásia. De visita a Lisboa para participar na conferência “The Role of Portugal as a Global Competitor”, falou ao PÚBLICO dos impactos das medidas proteccionistas agora anunciadas pela Casa Branca.



### **Donald Trump diz que “as guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar”. Tem razão em alguma destas ideias?**

Eu acho que elas são más e difíceis de ganhar, portanto exactamente o contrário. Mas concordo com o presidente Trump quando ele diz que a China é um actor único no comércio internacional e que não joga com as mesmas regras que os outros. Não devemos ser ingénuos perante a China. Existe mesmo roubo de propriedade intelectual por parte da China e esta subsidia a sua indústria de aço de formas que o Ocidente nem consegue imaginar, seja através da concessão de terrenos grátis, seja através de crédito com taxas de juro zero, tendo de se juntar a isto ainda a mão de obra muito barata. Há realmente um excesso de aço e alumínio no Mundo. Agora, será a aplicação de taxas alfandegárias a todos os países a solução para isto? Não me parece. E serão estas taxas alfandegárias que irão ajudar os trabalhadores da indústria da metalurgia – os que elegeram Donald Trump – a recuperar os seus empregos? Não me parece. Quando se fala com os CEO da indústria de metal, eles rapidamente reconhecem que 90% dos postos de trabalho perdidos durante a última década se perderam devido à automação, e portanto não vão ser recuperados seja qual for o comércio que venha a ser feito. Que tipo de resposta é que podemos esperar da China a medidas deste tipo dos EUA?

É sempre difícil de especular em relação a isso. Falei há umas semanas com responsáveis da liderança chinesa e disse-lhes que era provável que a Administração Trump fizesse algo deste género, e a reacção deles foi sanguínea, do estilo “eles que tentem”. Penso que a China têm um plano para retaliar contra os Estados Unidos naquilo que doa mais politicamente.

## **De que forma?**

Por exemplo, subir as taxas alfandegárias aplicadas à entrada de bourbon produzido no Kentucky, porque esse é o Estado de Mitch McConnell [líder republicano do Senado]. Também podem tentar afectar o sector agrícola, porque esse lobby tem muita força dentro do Partido Republicano. Os chineses são muito sagazes politicamente. Por isso é que eu acho que nesta guerra comercial, ninguém ganha. E para além disso, nos EUA, não vejo sinais de que as pessoas que estão a trabalhar na área do comércio internacional estejam coordenadas com as pessoas que estão na diplomacia política. Por exemplo, apesar de se pretender que a China coopere na questão norte-coreana, ao mesmo tempo estão a criar-se conflitos a nível comercial, sem que ninguém pense nas consequências.

## **Qual deve ser a posição da Europa?**

Um dos problemas das medidas apresentadas pela Casa Branca é que seria muito melhor que os EUA e a Europa apresentassem uma frente unida para lutar contra as posições da China que não se devem aceitar. Nas questões comerciais, é evidente que devia haver uma frente comum. Aliás, em Dezembro o Japão e a UE emitiram um comunicado em que disseram que gostariam de apoiar os EUA em questões como a do excesso de capacidade na produção de metais e outros problemas comerciais com a China, mas depois não houve uma sequência. E isso tem consequências infelizes. O que se vê cada vez mais é líderes alemães e britânicos a irem à China dizer que são uma alternativa aos EUA, caso estes abram um conflito comercial, e eu penso que isso é muito perigoso.

## **A China é um líder credível da globalização?**

É desde que isso beneficie a China. No caso da iniciativa “One Belt, One Road” lançada por Pequim [também conhecida como “nova rota da seda”], há benefícios reais para os países participantes. Se formos ao Paquistão, vemos que o asfalto nas estradas está mais regular e que é muito mais fácil transportar produtos pelo país. Por isso, essa generosidade chinesa está a ter impactos positivos, mas também vêm com um lado negro: muitos desses países ficaram politicamente ligados à China porque os empréstimos que começaram com taxas de 2%, agora começam a subir para 5% e 6%. Quem é que os conseguirá pagar?

## **Porque é que a Europa ou os EUA não fazem o mesmo?**

Porque não há dinheiro. Pura e simplesmente, não se vai estar a construir estradas noutros países. Portugal não vai construir uma linha de ferro que atravessasse o Brasil. Agora, tenho algumas dúvidas se, no longo prazo, a estratégia chinesa vai resultar bem porque é possível que muitos dos empréstimos que estão a ser feitos agora não sejam amortizados. Neste momento, estão a receber juros, estão a usar o seu excedente de produção de metal e cimento e estão a usar as suas empresas públicas para criar pontos de entrada e saída da China, mas no longo prazo, existem dúvidas que países como o Casaquistão ou o Uganda lhes paguem tudo o que devem.

## Ameaças de contra-ataque fazem temer escalada de guerra comercial

Comissão Europeia já tem lista de produtos dos EUA sobre os quais pode vir a aplicar taxas. Um dos objectivos é criar constrangimentos políticos a Donald Trump.

Dizem que a história não se repete, mas as semelhanças entre a política comercial prometida por Donald Trump e aquela que foi seguida no século passado pelos Estados Unidos durante a Grande Depressão estão cada vez mais a assustar quem teme os efeitos de uma escalada proteccionista por todo o planeta.

Desde que, na passada quinta-feira, o presidente dos Estados Unidos anunciou um aumento de taxas alfandegárias para todas as importações de aço e alumínio feitas pelos EUA, multiplicaram-se os sinais de que os outros países estão dispostos a responder a essas medidas, retaliando com os seus próprios aumentos de taxas, desencadeando uma sequência de ataques e respostas que pode repetir aquilo que aconteceu no início dos anos 1930 e que, de acordo com vários economistas, contribuiu de forma significativa para prolongar a crise que se viveu durante essa época.



A sequência de declarações e notícias dos últimos dias segue à risca aquilo que seria de esperar num cenário de escalada da guerra comercial. Depois do anúncio de Trump na quinta-feira, ouviram-se na sexta-feira responsáveis políticos da UE (o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker), do Canadá, do México e da China a criticarem a acção e a deixarem em aberto a possibilidade de retaliar com as suas próprias medidas contra os produtos dos EUA.

No sábado, Donald Trump respondeu a essa ameaça de contra-ataque com novas ameaças, através da sua conta do Twitter: “se a UE quer aumentar as suas já enormes taxas e barreiras às empresas dos EUA que fazem negócios lá, nós simplesmente iremos aplicar uma taxa nos seus automóveis, que entram livremente nos EUA”.

Na segunda-feira, o presidente norte-americano voltou à carga, desta vez deixando claro ao Canadá e ao México que as taxas aplicadas nos metais são um trunfo que pretende usar na renegociação do tratado comercial em vigor entre os três países.

Também na segunda-feira, assustados com as declarações, vários gestores das maiores fabricantes de automóveis mundiais (que vendem e produzem carros nos diversos países em conflito), apelaram à calma dos responsáveis políticos, pedindo que estes se sentem à mesa das negociações.

No entanto, esta terça-feira, o ambiente voltou a ficar mais tenso, depois de se ficar a saber, através de uma notícia inicialmente lançada pela Bloomberg, que a Comissão Europeia tem já uma lista detalhada dos produtos importados dos EUA que poderão vir a ser alvo de um agravamento de tarifas alfandegárias, caso se confirme a intenção norte-americana de penalizar as suas importações de aço e alumínio.

De acordo com a agência noticiosa, os planos de retaliação do executivo liderado por Jean-Claude Juncker foram apresentados a membros dos diversos governos da UE e passam por aplicar uma taxa de 25% (a mesma que os EUA querem aplicar no aço) a uma série de produtos que vão, para além dos metais, das roupas até aos alimentos, passando por cosméticos e motos.

No total estarão em causa importações que valem no decorrer de um ano cerca de 2800 milhões de euros (ou 3500 milhões de dólares), sendo que a aposta da Comissão passa por tentar atingir os EUA em alguns produtos simbólicos que podem criar constrangimentos de ordem política a Donald Trump.

De acordo com a lista que foi mostrada aos representantes dos governos, nas roupas destacam-se as t-shirts, o calçado e as calças de jeans. Entre os produtos alimentares e as bebidas estão o milho, o sumo de laranja e o bourbon. Nas máquinas, os alvos são motos e barcos.

Dois alvos específicos podem ter implicações políticas importantes: o bourbon é principalmente produzido no Estado do Kentucky, que é aquele de onde é proveniente o líder republicano do Senado, Mitch McConnell; as motos Harley Davidson têm fábricas importantes no Wisconsin, o Estado de onde vem Paul Ryan, o líder republicano da Casa dos Representantes. Para Donald Trump, o principal obstáculo à concretização de uma política proteccionista está no Partido Republicano que, tradicionalmente, tem sido o principal apoiante do comércio livre. E na Comissão Europeia isso parece ter sido compreendido.

Neste ambiente em que se começa a antever um cenário de guerra comercial declarada, é impossível não recordar aquilo que aconteceu da última vez que se assistiu a um retrocesso acentuado nas relações comerciais entre as grandes potências mundiais. Nessa altura, foi do Congresso que surgiu a iniciativa de aumentar as taxas alfandegárias a uma série de produtos comprados pelos Estados Unidos ao estrangeiro. Foi através do acto Smoot-Hawley, aprovado em Maio de 1929 no Congresso e passado à prática em Junho de 1930, já depois da queda da Bolsa de Nova Iorque.

Nessa altura, o número de produtos visados foi muito maior do que aqueles até agora anunciados por Trump, mas a reacção dos governos dos principais parceiros comerciais dos EUA foi semelhante, com diversos países europeus e o Canadá entre os primeiros a apertarem as suas fronteiras à entrada de produtos vindos dos Estados Unidos, a que se seguiram mais

medidas proteccionistas de parte a parte. Entre 1929 e 1934, no meio de uma recessão de grandes proporções dos dois lados do Oceano Atlântico, o volume do comércio internacional caiu mais de 60%.

Os economistas ainda hoje discutem que papel terão tido as políticas proteccionistas na Grande Depressão. Parece quase consensual que tiveram algum efeito negativo, mas as opiniões divergem muito em relação à sua dimensão.